

ENTREVISTA Tião Viana

# “No Senado, os partidos são secundários”

O parlamentar petista ganhou, inesperadamente, prestígio até com a oposição, que agora lhe confere a liberdade de dizer que Renan Calheiros irá renunciar ao cargo de presidente da Casa

CARLO IBERÊ E LEANDRO MAZZINI  
BRASÍLIA

O petista Tião Viana (AC), senador de primeiro mandato, por obra do destino ocupa hoje interinamente a presidência do Senado. E pode herdar o cargo pelos próximos ano e meio. Apesar da “juventude” ele mostra maturidade política suficiente para cravar que o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) irá renunciar ao cargo de presidente da Casa nesta semana.

Essa maturidade precoce de Viana deu a ele liberdade para criticar a ausência de integração entre os poderes e o próprio Legislativo. Observa que os políticos pecam pela vaidade, mas não titubeia em provocar: “a primeira instância de poder no Senado é o senador. No Senado, os partidos são secundários”, avalia.

**Gazeta Mercantil — Quando o assunto é CPMF o senhor acredita em novas negociações?**

O equívoco foi abrir muito espaço de negociação no primeiro momento, deveríamos ter sido mais rigorosos no início. Acho que o governo poderia, por exemplo, ter tratado questões do PAC com os Estados e ter convertido isso em vitória dentro do Congresso Nacional. Mas não fez assim, preferiu tratar diretamente da CPMF. E tratar o PAC não é perder é ganhar porque são investimentos. Mas o governo sabe o seu movimento e está com a situação sob controle.

**GZM — A oposição também diz que tem surpresas...**

Quando a imprensa expressa que os senadores Cesar Borges e Romeu Tuma estariam sendo pressionados a votar contra a CPMF e com isso não terem requisitados seus mandatos pelos DEM,

você vê que têm outros caminhos de percurso que estão sendo atingidos pela oposição também. Não é um jogo de mão única. Não é só o governo que está em movimento, a oposição também está. A CPMF é, de fato, um assunto muito delicado para o governo.

**GZM — O governo não entende o processo legislativo?**

A crise da CPMF está na relação governo-Senado. Na Câmara, o governo se relaciona com os partidos, tem maioria consolidada. No Senado os partidos não consolidam uma base segura para o governo, os senadores não são adestrados pelas estruturas partidárias, têm suas independências, sua formação de instituição majoritária. E o governo não entende, não tem o diálogo de previsibilidade, não tem o diálogo de afirmação de influência nas políticas regionais. É importante sempre lembrar que esse equívoco, essa dificuldade, é culpa do governo que não age antecipadamente.

**GZM — Então no Senado não existem partidos.**

No Senado os partidos são secundários. A primeira instância de poder no Senado é o senador.

**GZM — O que fazer para o Senado recuperar a imagem?**

O Senado entrou numa fase de agonia como instituição porque o descrédito foi amplo, foi extenso. Chegou a um ponto de muitos apresentarem a extinção do Senado, sem entender que aqui é a casa da federação. Agora, isso vai depender muito de nós. A crise foi gerada por nós. Nós nos enfraquecemos muito, fomos ao fundo do poço e temos o dever de dar a resposta. Só me incomoda é que no meio disso algumas instituições que poderiam ser solidárias, não foram.

**GZM — Mas não há vácuo de poder...**

Por isso que não transfiro a culpa a eles. Mas acho que a conduta poderia ter sido outra. Você imagina se nós pegássemos e disséssemos: “A Justiça brasileira não julga, a impunidade campeia neste país e portanto nós vamos fazer CPI para mostrar como a impunidade é forte neste país e a falta de julgamento”. Em que estaríamos ajudando o Poder Judiciário? Em nada. Então melhor teria sido o Judiciário chamar o Poder Legislativo para o diálogo, mostrar solidariedade.

**GZM — Ainda existe força no Senado?**

Acho que sim. Quando nós temos um PSDB fazendo o seu congresso nacional, o PT caminhando para o seu processo sucessório, o Democratas afirmando uma necessidade de um perfil ideológico mais claro, e quando você tem o Senado preparado e com vontade de buscar essa interface com aqueles que o formam, é muito bom. Só lamento é que o Poder Executivo não esteja fazendo nenhum movimento para fortalecer o Legislativo. Ou seja, continua legislando, subtraindo nossas funções.

**GZM — Não seria o momento de o presidente Lula defender o Congresso?**

Eu tenho feito essa ponderação, sempre que posso. Quanto mais próximo ele estiver do Congresso, mais fortalecido estará o Congresso. E ele não tem nada a perder com isso, ele só ganha, porque é o gesto da mão estendida. De quem está muito bem mas quer as instituições também fortes.

**GZM — O que o presidente diz?**

Ele concorda, mas tem uma agenda muito sobrecarregada. O presidente trabalha muito. E aqueles que são delegados dele para tal empreitada, não conseguem o mesmo êxito. Aqui, por exemplo, dos ministros das Relações Institucionais, o único

que vi transitar com alguma facilidade foi o José Dirceu. Nem Aldo Rebelo, nem Jaques Wagner, nem Tarso Genro, nem Mares Guia conseguiram.

**GZM — Quem deveria esse interlocutor?**

Acho que é muito mais um problema de estratégia do governo. Ou seja, quando o governo se sacrifica dia e noite para tratar os problemas do Legislativo, vai ser sempre como o cachorro mordendo o próprio rabo, não vai sair disso. Mas se o governo tiver previsibilidade, montar uma agenda, entender a regionalização da política brasileira como essencial, hoje, levasse senadores, levar deputados, consolidar os blocos parlamentares, fazer a agenda do grande debate da nação, vamos avançar muito.



Viana também reclama da iniciativa legisladora do Executivo

## O PMDB não tem nomes para indicar o sucessor de Renan

Já é certa a renúncia do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) do cargo de presidente do Senado, mas o fato estava sendo encarado até agora como um boato espalhado pelos corredores do Congresso. Porém, o presidente interino do Senado, o petista Tião Viana (AC), dá como certa a saída de Calheiros. Para ele, o ideal é que o PMDB indique o novo presidente da Casa, mas já avisa: “parece que não existem muitos nomes”.

Sobre Calheiros Viana é direto: “Penso que o entendimento será o da renúncia”. A primeira pista foi o próprio senador petista quem deu há uma semana quando marcou o julgamento de Calheiros. “Agendei o julgamento dele para o dia 22, porque entendo que é no mínimo um ato de respeito meu com a condição que ele está vivendo. O senador Renan tem a licença vencida dia 26 e eu, portanto, não poderia adiar o julgamento para forçá-lo a renovar a licença. Teria que deixá-lo à vontade. Ele pode renunciar dia 21 ou dia 23, ou pode adotar outra medida, mas eu penso que o caminho natural é este”, define.

Tião Viana não poupa palavras e objetividade para explicar o trâmite a ser seguido e qual deve ser o perfil do próximo presidente do Senado. “Nós vamos ter um mandato tampão de um ano para o próximo presidente e acho que ele deve ser fruto do PMDB”, explica. O petista crava o no-

me de quem consolidaria a unidade partidária e elevaria as relações interpartidárias na Casa: o ex-presidente José Sarney. “Mas ele abdica dessa condição”, avisa Viana, que acredita que o PMDB sofre com a “ausência dele (Sarney) e da facilidade de ter bons nomes”.

Quando o assunto é ele mesmo substituir Calheiros, Viana desconfia. “Prefiro não considerar essa hipótese, pois não vejo nenhum problema em apoiarmos um nome do PMDB que assegure a aproximação da base do governo com uma boa relação com a oposição”, salienta.

O senador petista que os nomes com maiores chances de assumir a presidência, dentro do PMDB, são Garibaldi Alves e Gerson Camata. “São os dois nomes que colocaram o pescoço para fora”, diz. José Maranhão, para Viana, é “muito tímido” e tem como prioridade o governo da Paraíba. Por último, surge o nome de Valdir Raupp (RO).

Apesar dos nomes, Viana acredita que o senador Renan Calheiros ainda tem influência nessa escolha. “Acho que necessariamente passará por ele, porque é um homem de muita influência interna, não só do PMDB, como em outros setores”, finaliza. O pedido de cassação de Renan será “julgado” na data prevista por Viana, a sessão será aberta, mas o voto será secreto.